



Evento de premiação do Valor 1000, na noite desta segunda-feira (28), no Hotel Unique, em São Paulo, marca o lançamento do anuário que traz o ranking das mil maiores companhias do país

Cenário Executivos das empresas premiadas em 27 setores dizem que mudanças na legislação e redução dos juros trazem boas perspectivas para a economia nacional

Para líderes empresariais, reformas são positivas, mas é preciso avançar

De São Paulo

É com um misto de otimismo e cautela que os líderes no comando das maiores empresas do país olham para o futuro próximo. Na visão dos executivos reunidos nesta segunda-feira no evento de premiação do Valor 1000, que destaca as companhias com melhor desempenho em 27 setores da economia, as reformas em curso trazem sinais positivos.

O crescimento robusto das mil maiores companhias do país em 2022 foi destacado pelo diretor-geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, Frederic Kachar. Segundo ele, pela primeira vez, as dez maiores empresas do ranking registraram faturamento superior a R\$ 100 bilhões.

Para a diretora de redação do Valor, Maria Fernanda Delmas, a beleza do prêmio Valor 1000 está em reconhecer os diferentes caminhos das empresas para causar impacto, mas há traços em comum às homenageadas. O primeiro é disciplina financeira. O segundo ponto é flexibilidade para inovar e fazer correções de rumo. Além disso, essas empresas adotam efetivamente as práticas ESG. Outro ponto é que todas têm propósito de longo prazo. "São diferentes, com ritmos diferentes, mas com olhar de que estão aqui para ficar."

Kachar também enfatizou a importância das reformas em tramitação no Congresso Nacional: "É fundamental aprovar a reforma tributária e, na sequência, a inadiável reforma administrativa". A afirmação foi endossada por executivos e empresários presentes.

"Acredito que exista um consenso na sociedade sobre a importância de avançarmos com uma agenda de reformas estruturais no Brasil para retomarmos a competitividade da nossa economia", afirma Gustavo Werneck, CEO da Gerdaul, líder no

setor de siderurgia e que foi escolhida Empresa do Ano 2023. "Nesses primeiros oito meses do novo governo, temos visto importantes avanços, como a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do novo arcabouço fiscal e o progresso da reforma tributária, que devem ajudar a melhorar o ambiente de negócios do Brasil."

"Estou bastante entusiasmado com o ambiente de menor inflação e o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal que viabiliza queda de juros, positiva para a retomada do mercado de capitais", ecoa o CEO da B3, Gilson Finkelsztain. Paradas desde 2021, as ofertas iniciais de ações, avalia, podem retornar: "A janela para IPOs deve se abrir mais para o final do ano e início de 2024".

Esse horizonte é compartilhado por Milton Maluhny Filho, CEO do Itaú, apontado como Banco do Ano. "Entramos em 2024 com condições muito melhores para expansão do crédito, retomada e expansão da atividade, com uma inflação controlada e condições de mercado melhores, mercado de capitais e renda variável, voltando com mais força e mais ativo."

A perspectiva mais positiva para os negócios inclui, além das reformas, iniciativas como o PAC 3, apontado por Sérgio Kariya, CEO da Mills como catalisador de crescimento. Novas regras para o Minha Casa Minha Vida são lembradas pelo CEO da Cury, Fábio Cury, e o presidente da Tigre, Otto von Sothen. "As medidas trazem maior poder de compra aos nossos clientes", diz Cury. "A política de incentivo popular com financiamento a custo menor também é motor de crescimento", diz Sothen.

Existem, porém, ressalvas. "Inicialmente as perspectivas macroeconômicas a partir do avanço da reforma tributária, do programa Desempenho e da queda da taxa Selic, entre outros pontos, parecem ser posi-

tivas, embora seja cedo para fazer projeções, diz Fabio Faccio, diretor presidente da Lojas Renner.

"Simplificar o sistema fiscal é uma iniciativa muito bem-vinda, mas precisa ser acompanhada por redução progressiva da carga tributária total, para melhorar a competitividade do nosso país, diz Nicolas Guillou, CEO da Kuhn do Brasil. "Ainda existem muitas indefinições e etapas da negociação política que dificultam a análise mais aprofundada no longo prazo", aponta Sérgio L. Carvalho, CEO da Randoncorp. Celeridade no processo é fundamental, diz Jean Jereissati, presidente da Ambev, que também está preocupado com eventual aumento da carga.

A pauta empresarial é mais ampla. O CEO da Suzano, Walter Schalka, resalta a reforma administrativa: "É aquela que considero mais urgente, uma vez que alavancar a eficiência do Estado traria significativos ganhos de produtividade e abriria espaço para mais investimentos e menor pressão sobre a dívida pública". Antonio Joaquim de Oliveira, presidente da Dexco, compartilha a urgência e acha que é necessário ir além. "Temos um tema no Brasil extremamente difícil para grandes empresas que é o da sonegação. O governo deveria ter como meta."

As reformas estão relacionadas, lembra Claudio Stabile, diretor presidente da Sanepar. "Não podemos pensar na reforma fiscal apenas como teto de gastos ou aumento de tributos, mas qualificar o debate na segregação do que realmente é gasto e do que é custo". As preocupações se estendem às políticas públicas. "O contínuo investimento em educação e saúde é um caminho a percorrer no sentido de aumentar a produtividade e promover mais desenvolvimento no país", diz Jeane Tsutsui, presidente do Grupo Fleury.

Fator de base para a competitividade das empresas e geração de mais empregos e renda, na avaliação do CEO da Vale, Eduardo Bartolomeo, a reforma tributária requer ajustes para assegurar a atração de investimentos.

"Temos um momento de transição até as determinações das normas tributárias. É possível fazer uma transição gradual, progressiva, que permita um ajuste, acomodação dos vários setores, para que não haja impactos negativos", diz Miguel Setas, CEO do Grupo CCR.

"Acredito que, neste processo, seja preciso garantir a competitividade de setores comprovadamente estratégicos para o país, como é o caso do sucroenergético, que produz os biocombustíveis tão necessários no cenário atual em que tanto se discutem os caminhos para a transição energética mundial", argumenta o presidente executivo da BP Bunge, Mario Lindenhayn.

O setor de energia deve ficar atento aos detalhes das medidas no texto da reforma, diz Cristiano Pinto da Costa, presidente da Shell Brasil. "Considerando os altos investimentos realizados e planejados para os próximos anos, a estabilidade jurídica e regulatória, além da competitividade, são fatores que influenciam projetos de longa maturação."

Ressalvas à parte, o denominador comum entre os executivos é a percepção de que as reformas caminham no sentido de aprimorar o ambiente de negócios. "Sem entrar no mérito de acertos e erros, há preocupação genuína com equilíbrio fiscal", diz Virgílio Gibson, CEO da Afya. "Uma melhora de humor já pode ser percebida nos encontros com outros executivos e nos indicadores econômicos", nota Alberto Griselli, diretor-presidente da TIM.

"Os avanços estratégicos e a partir da aprovação do arcabouço fiscal, bem como a reforma tributá-

ria, parecem já surtir efeitos no Brasil e no exterior", reforça Carlos Sanchez, presidente do conselho de administração do Grupo NC.

Para Altair Silvestre, CEO da Intelbras, as mudanças podem atrair mais investimentos tanto nacionais como estrangeiros, além de estimular o empreendedorismo e a geração de empregos.

"A racionalização e a simplificação de processos resultam em empresas mais eficientes e competitivas, endereçando o desafio de aumento de produtividade das nossas empresas", diz Gustavo Estrella, presidente da CPFL. "Havendo um pouco mais de transparência e visibilidade do que esperar, os investimentos virão e há muita coisa para acontecer no Brasil", completa Marcelo Orberg, CEO da Sotreq.

"As reformas nos últimos cinco, seis anos foram superimportantes, foram grandes passos, tanto a Trabalhista, quanto a reforma da Previdência. A reforma tributária vai trazer um bom ambiente de negócios", aponta Marcilio Pousada, CEO da Raia Drogasil.

Essencial para um ambiente favorável a investimentos, a redução dos juros está engatinhando e não chega a entusiasmar os executivos. Empresas inseridas na cadeia do agronegócio enfatizam a necessidade de o movimento ser mais rápido e acentuado.

"Estamos em compasso de espera. Adiamos projetos para 2025 para saber qual será o tamanho dos juros, porque os investimentos no patamar atual são impagáveis. Isso vale tanto para empresários quanto para o produtor", afirma Antonio Chavaglia, presidente do Conselho Administrativo da Comigo. "Esses juros tão altos oneram os clientes e acreditamos que o setor agrícola como um todo se beneficia de juros mais baixos", diz Juliana Feldmann, diretora institucional da Fertipar.

